

Quarta-Feira, 15 de Julho de 2026

EUA Comunicam ao Brasil Decisão sobre Novas Tarifas para Esta Tarde

Governo americano avisa que anúncio sairá em poucas horas; Brasil se prepara para analisar medidas e definir resposta

Autoridades do governo dos Estados Unidos informaram ao governo brasileiro na manhã desta quarta-feira (15) que o anúncio referente à implementação de novas tarifas sobre produtos brasileiros será divulgado ainda nesta tarde.

Conforme relatos de assessores do Palácio do Planalto, após a publicação da decisão americana, o executivo brasileiro irá examinar os detalhes do comunicado para determinar qual será sua estratégia de reação.

Dentre as estratégias cogitadas pelo Brasil estão a ativação da Lei da Reciprocidade Econômica ou a manutenção do diálogo diplomático com os norte-americanos.

? A Lei de Reciprocidade funciona como um instrumento que permite a um país aplicar a outro as mesmas medidas, restrições ou cobranças tarifárias que recebeu. Na prática, caso um governo exterior imponha sanções ou obstáculos de caráter unilateral considerados "injustos", o Brasil pode valer-se dessa norma para reagir de forma equivalente, instituindo restrições proporcionais visando reequilibrar as relações comerciais e resguardar sua economia.

Novas tarifas dos EUA sobre produtos brasileiros deve ter forte impacto político

De acordo com membros da administração federal, três questões marcaram os principais pontos de tensão nas tratativas diplomáticas entre as nações:

- o funcionamento do sistema de pagamentos PIX;
- a abertura maior do mercado brasileiro para o etanol produzido nos EUA;
- uma proposta de carência que prorrogaria por quatro anos a obrigação de plataformas digitais pagarem impostos e penalidades.

Segundo essas fontes, todos os três itens foram apresentados pelos representantes norte-americanos durante as negociações, mas o governo brasileiro considerou-os como não passíveis de negociação.

Essas matérias já figuravam como focos centrais da investigação comercial que os Estados Unidos instauraram contra o Brasil, a qual fundamenta a ameaça de aplicação de novas tarifas sobre a pauta de exportações brasileiras.

Em documento de resposta formal encaminhado à administração Donald Trump no início de julho, o Brasil contestou as alegações americanas e demonstrou que as críticas aos sistemas de pagamento PIX, às ações do Supremo Tribunal Federal (STF) e às políticas de regulação das empresas de tecnologia não guardam relação com condutas de concorrência desleal no comércio.

Sistema de Pagamentos

Relativamente ao PIX, a administração norte-americana sustenta que o Banco Central (BC) oferece vantagens ao sistema de transações instantâneas em comparação com instituições privadas que atuam no setor de serviços financeiros.

O executivo brasileiro refuta essa avaliação e defende que o PIX constitui uma infraestrutura de acesso público, disponibilizada a todas as instituições nacionais e internacionais que cumpram com os requisitos fixados pela autoridade reguladora.

Na comunicação encaminhada aos norte-americanos, o Brasil também ressaltou que organizações dos Estados Unidos já operam sem restrições no âmbito do PIX e comparou a solução brasileira ao FedNow, sistema equivalente desenvolvido pelo Federal Reserve, instituição central americana.

Combustíveis e Biocombustíveis

Um segundo campo de desacordo relaciona-se ao comércio de etanol.

A administração norte-americana contesta que o Brasil deixou de manter equidade nas condições oferecidas ao etanol dos EUA após alterações nas alíquotas tarifárias implementadas ao longo dos últimos anos.

O governo brasileiro replica argumentando que a tarifa cobrada sobre o etanol não é direcionada especificamente aos norte-americanos e segue os mesmos critérios aplicáveis a outras nações sem tratados comerciais especiais.

Conteúdo Digital e Plataformas Online

Complementam as divergências os pronunciamentos judiciais brasileiros envolvendo mídias sociais e prestadores de serviços digitais.

Os norte-americanos manifestam preocupação com determinações emanadas do Poder Judiciário brasileiro ordenando retirada de materiais e desativação de contas em plataformas virtuais, alegando que essas providências comprometem a liberdade de manifestação do pensamento.

A administração brasileira sustenta que tais deliberações resultam de procedimentos judiciais formais, relacionados a investigações de natureza criminal, resguardo da integridade de processos eleitorais e proteção de garantias fundamentais, com aplicação idêntica a empresas de origem doméstica e estrangeira.

Conforme representantes governamentais, uma das alternativas debatidas previa um período de carência impedindo a incidência de tributos e sanções financeiras sobre plataformas digitais por um período de quatro anos, possibilidade não aceita pelo Brasil.

Passos Vindouros

O governo brasileiro aguarda o pronunciamento oficial da presidência americana para então formular sua resposta.

Conforme integrantes da administração federal, a contrarresposta seguirá a dimensão das ações declaradas pelos norte-americanos e aos setores econômicos potencialmente prejudicados pelas novas cobranças tarifárias.

Uma das possibilidades em consideração é que o governo brasileiro recorra à Lei de Reciprocidade Econômica — assim como já sinalizou em momentos anteriores.